

AÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Suellen Alves de Melo (Universidade Federal de Minas Gerais)

1 INTRODUÇÃO

Considerar a escola como um espaço de compartilhamento de conhecimento que não se reduz aos muros da instituição tradicional que conhecemos (carteiras, quadros, giz e recreio), torna mais evidente que o processo de ensino-aprendizagem é dever de todas as pessoas que almejam uma sociedade mais igualitária, conforme aponta Costa (2018). Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas podem ser consideradas espaços de construção de conhecimento, sobretudo a partir de discussões em torno dos documentos de arquivo. É importante pontuar que essa construção deve se distanciar da concepção bancária da educação, uma vez que todas as pessoas têm a contribuir na roda de discussão com seus saberes, seus lugares de fala, suas vivências (FREIRE, 2003).

Normalmente, nas instituições arquivísticas públicas brasileiras encontramos pessoas de diferentes áreas profissionais, como Arquivologia, História e Biblioteconomia. No caso da Arquivologia, é notório no cenário do país que, de maneira geral, os cursos de graduação não possuem em seus currículos muitos diálogos com a Educação. De acordo com Costa (2018), existem algumas iniciativas que vão na contramão desse cenário, como os cursos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal do Espírito Santo que possuem disciplinas relacionadas à temática educação e patrimônio. Inclusive,

mais recentemente, em 2020, o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria ofereceu a disciplina “Educação e Docência em Arquivologia”, a qual teve como um de seus objetivos a proposta do aprendizado de noções gerais sobre a didática e as estratégias de ensino-aprendizagem na educação superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2020). Certamente essas disciplinas, sobretudo aquelas que dialogam com o patrimônio documental, possibilitam que docentes e discentes discutam temáticas relacionadas à Educação e em como as instituições arquivísticas e os documentos de arquivo podem contribuir nos processos de ensino-aprendizagem da sociedade, principalmente no que diz respeito às questões de identidade, cidadania e memória.

O objetivo deste trabalho é justamente apresentar como essas discussões são tecidas, a partir da apresentação de algumas reflexões levantadas durante experiência docente na disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” do curso de graduação em Arquivologia da UFMG. A disciplina em questão foi ministrada na qualidade de estágio docente do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da mesma instituição, durante o segundo semestre letivo de 2021.

Este estudo possui natureza qualitativa e se caracteriza como uma pesquisa descritiva.²¹⁵ Com base na apresentação da disciplina e nas reflexões registradas, será possível conhecer parte do programa curricular do curso de Arquivologia da UFMG, bem como do percurso formativo de uma professora da área, contribuindo, dessa forma, para discussões em torno da relação entre o patrimônio documental e a tecitura do ensino em Arquivologia no Brasil.

2 AÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Às(aos) bolsistas de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é exigido o cumprimento de estágio docente nos cursos de graduação como requisito de recebimento de bolsa acadêmica. Como muitas pessoas que estão na pós-graduação (mestrado e doutorado) almejam seguir a carreira docente no ensino superior, o estágio docente é uma das formas das(os) pós-graduandas(os) terem contato com práticas de ensino.

Nessa perspectiva, a experiência mencionada foi exercida durante doutorado em Ciência da Informação. Além do doutorado em curso, também

²¹⁵ Devido ao caráter deste trabalho e da forma como a disciplina foi desenvolvida - educação libertadora -, este texto utiliza a primeira pessoa do singular.

posso mestrado na mesma área e graduação em Arquivologia pela UFMG. Minhas pesquisas vêm sendo alicerçadas na área de patrimônio documental, sobretudo na difusão arquivística. Por este motivo, ministrar a disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” foi uma atividade fundamental para a construção de discussões acadêmicas e profissionais, além de possibilitar uma formação pessoal com maior comprometimento e sensibilização em relação às pessoas ao meu redor.

Normalmente, a disciplina em questão é ministrada pela professora Ivana Parrela, mas por motivo de afastamento da docente para realização de pesquisa de pós-doutorado, surgiu a possibilidade de ministrá-la com a supervisão do professor Adalson Nascimento. Cabe mencionar que também cursei essa mesma disciplina durante a formação em Arquivologia entre os anos de 2014 e 2017 e que, posteriormente, em 2018, tive a oportunidade de acompanhar a disciplina com a professora Ivana também na modalidade de estágio docente durante o mestrado em Ciência da Informação.

A disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” é oferecida regularmente no sexto período do curso de Arquivologia da UFMG, que conta com o total de oito períodos para formação das turmas. Nessa perspectiva, durante o percurso acadêmico, as(os) discentes já tiveram contato com outras temáticas pertinentes à Arquivologia, como gestão de documentos, história administrativa do Brasil e memória e patrimônio (NASCIMENTO; CAMPOS, 2019).

As discussões propostas por essas áreas são fundamentais para a disciplina de “Ação Cultural e Educação Patrimonial”, uma vez que abordam, entre outros aspectos, os documentos de arquivo, a formação do Brasil, a construção da memória nos Arquivos públicos, o patrimônio cultural e documental, além da relação entre conjuntos documentais e sociedade. Isso porque durante a disciplina a turma discute sobre o que é patrimônio documental, ação cultural e educação patrimonial, bem como de que modo difundir o patrimônio documental de forma que ele seja conhecido pela sociedade e, por meio dele, as pessoas possam construir novos conhecimentos, além de serem convidadas a se tornarem agentes de sua preservação.

A discussão sobre patrimônio cultural e patrimônio documental no Brasil passou a ter maior ênfase a partir da Constituição Federal de 1988, instrumento legal que constituiu como patrimônio cultural do país os bens de natureza material e imaterial que referenciam a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, como as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para Bellotto (2000), o patrimônio documental é formado pelos documentos que não são mais usados por seus valores imediatos, ou seja, foram avaliados como de guarda permanente e, provavelmente, estão sob a custódia de alguma instituição arquivística, espaço em que poderão ser consultados por diversos grupos sociais para responder demandas que vão desde a comprovação de direitos, construção de narrativas históricas e de memórias, até o uso diletante. Sendo assim, são muitas as formas pelas quais os documentos permanentes podem ser empregados em processos de ensino-aprendizagem nas instituições arquivísticas. Muitas também são as parcerias que os Arquivos podem estabelecer com outras instituições para a construção de conhecimento, como escolas, universidades, centros comunitários, organizações não-governamentais, museus, centro de memórias, bibliotecas, associações e sindicatos, entre outras.

Por isso, é importante que a(o) profissional arquivista participe de discussões voltadas à Educação durante seu processo de formação, responsabilidade que deveria se manter ao longo de sua vida, já que o processo de aprendizagem é constante. Durante a experiência da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” essas discussões foram construídas de forma que a turma teve a oportunidade de visualizar as instituições arquivísticas e os documentos de arquivo a partir da perspectiva social. Ou seja, em como o “universo arquivístico” pode ser utilizado em diversas atividades educativas promovendo com que as pessoas participantes interajam com histórias, culturas e direitos ao terem contato com os documentos e, a partir disso, tenham a oportunidade de criar novas possibilidades de mudança social nos territórios em que vivem. Porque é essencial que a educação reflita em transformações sociais, na construção de novos pensamentos e ações.

2.1 A colcha de retalhos de ensino-aprendizagem da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial”

Um dos preceitos fundamentais à ação cultural e à educação patrimonial é o fato da construção de conhecimento ser um processo em conjunto, no qual nenhuma das pessoas que integram o grupo é mais importante que outra. Todas as pessoas tem algo a ensinar e algo a aprender (COELHO NETO, 1989; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Foi nessa mesma lógica que a disciplina foi construída. O foco não esteve naquela que na concepção bancária possui o poder de voz, a professora, mas sim nas

relações tecidas entre todas as pessoas da turma, até porque a docente também está aprendendo, não só porque a experiência tratou-se de estágio docente, mas, também, porque a aprendizagem não pode nunca cessar.

Sendo assim, as dificuldades para exercer o estágio docente como professora estiveram pautadas principalmente sobre a realidade da pandemia de Covid-19 no país que alterou profundamente a configuração das universidades, obrigando-as a oferecer o Ensino Remoto Emergencial, o qual a partir de 2020 foi disponibilizado pelas instituições públicas de ensino superior do Brasil aos seus corpos discentes. Dessa forma, as aulas foram desenvolvidas no ambiente virtual, distante do *campus* universitário.

Como um dos objetivos da disciplina é que as(os) participantes possam, em grupo, construir projetos de educação patrimonial aplicados aos arquivos, busquei ouvir suas experiências pessoais e profissionais, de forma a tornar o ambiente remoto mais acolhedor e de que, ao ouvir os relatos, as pessoas pudessem ajudar umas às outras nas atividades da disciplina e também em assuntos que fogem das questões da Universidade.

Durante a pandemia de Covid-19, a UFMG seguiu várias diretrizes em torno do Ensino Remoto Emergencial, como a ajuda financeira para pagamento de pacotes de internet e o empréstimo de computadores (ESPÍNDOLA, 2020). Além disso, a instituição também optou pelo sistema de aulas síncronas e assíncronas, ou seja, as aulas não precisaram ser completamente “ao vivo” pelo *Microsoft Teams*, plataforma de videochamada a qual a Universidade firmou parceria. Outra questão é a frequência às aulas, visto que, por conta do sistema remoto e das condições financeiras e tecnológicas serem diversas, as listas de presença passaram a não ser computadas. O tempo das aulas síncronas também não foi o mesmo do cenário presencial, ou seja, 4 horas-aula, já que esse é um período extenso para estar na frente do computador, por exemplo.²¹⁶

A partir desse contexto institucional, as aulas da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” seguiram as recomendações da Universidade. Dessa forma, o cronograma da disciplina contou com encontros síncronos e assíncronos, cuja duração não foi maior que duas horas/aula. Além disso, as aulas síncronas foram gravadas com consentimento da turma, para que as pessoas que não estivessem presentes pudessem ter acesso ao conteúdo mais tarde. A plataforma *on-line* de turmas da UFMG, conhecida como Minha UFMG, também foi utilizada para postagem de materiais da disciplina, como, por exemplo, textos da bibliografia, vídeos, *links* dos vídeos das aulas

²¹⁶ A partir da adoção de uma série de critérios sanitários, docentes e discentes da UFMG puderam retornar às aulas presenciais no mês de março de 2022.

assíncronas, apresentações de *slides*, conteúdos extras, cronograma e programa, dentre outros.

O programa da disciplina foi organizado com base nas estruturas programáticas utilizadas anteriormente. Assim, as referências obrigatórias foram mantidas e novos textos foram utilizados como referências optativas. O conteúdo foi organizado em três unidades:

- Unidade 1: Discussão das perspectivas teóricas que norteiam ação cultural e educação patrimonial em arquivos;
- Unidade 2: Análise de experiências culturais com a produção de materiais educativos em arquivos; e,
- Unidade 3: Desenvolvimento de projetos na área de educação patrimonial.

Dessa forma, em um primeiro momento, a turma discutiu os conceitos fundamentais de ação cultural e educação patrimonial a partir de trabalhos de Paulo Feire, José Teixeira Coelho Neto, além de manuais e cadernos técnicos do Museu Imperial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Em seguida, exemplos práticos de atividades educativas de instituições arquivísticas, como do Arquivo Nacional e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) foram apresentados e discutidos. Ao final da disciplina, a turma foi instigada a discutir sobre a elaboração de projetos de educação patrimonial e a produzir propostas aplicadas aos arquivos.

Para tecer essas discussões, a disciplina contou com algumas atividades, as quais foram elaboradas de maneira individual, em dupla e em grupos de no máximo 5 pessoas. Na primeira atividade, as(os) discentes foram convidadas(os) a escreverem sobre suas experiências pessoais e profissionais com a educação patrimonial. O objetivo foi diminuir a distância da tela do computador/*smartphone* e conhecer mais a turma, a partir de suas palavras e vivências. Na sequência, na atividade 2, a partir da discussão de arquivos simulados e do uso de documentos nas aulas de História, as duplas foram convidadas a sintetizarem as abordagens de Ivo Mattozzi (2009) e Adriana Koyama (2013).

Na atividade 3, como forma de encerrar a Unidade 1, a turma foi organizada em grupos para o Seminário “Perspectiva Social dos Arquivos”. Nessa atividade, cada grupo recebeu um texto base da disciplina sobre um viés social dos arquivos e teve a oportunidade de buscar outros conteúdos para apresentar suas ideias. As discussões foram sobre a relação entre o documento de arquivo e a sociedade; o que é ser arquivista; notas críticas sobre aulas com

o patrimônio cultural; o futuro da educação em relação à pandemia de Covid-19; os arquivos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas; e a disponibilização de acervos digitais como forma de preservação da história e memória afro-brasileira. Dessa forma, a turma teve a oportunidade de vislumbrar os arquivos, enquanto conjuntos documentais, e a profissão para além do contexto da gestão de documentos, sobretudo quando pensada em relação ao cenário do Estado.

Já na Unidade 2, para iniciar a discussão de exemplos práticos de atividades educativas, aconteceu uma palestra da servidora do APCBH, Michelle Márcia Cobra Torre, responsável, entre outras atribuições, pela realização de atividades educativas na instituição arquivística da capital mineira. A turma conheceu a trajetória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte que, desde a década de 1990, vem desenvolvendo atividades para o público, especialmente para turmas dos ensinos fundamental e médio. Durante a aula, a palestrante apresentou as diferentes fases da educação patrimonial na instituição, a qual deixou de usar o patrimônio documental como o elemento chave nas atividades educativas e, mais recentemente, vem trabalhando com a ideia de como as pessoas, a partir de suas realidades sociais, podem se apropriar dos documentos de arquivo para provocar mudanças em seus microcenários.

Dito isso, na atividade 4, a turma foi convidada a escrever um relato sobre a experiência institucional do APCBH, no qual foi possível perceber que a palestra foi muito bem recebida pelas(os) discentes, visto que uma parte significativa da turma não conhecia os trabalhos desenvolvidos pela instituição. Na sequência, a atividade 5 fez com que docente e discentes iniciasse uma série de diálogos no Minha UFMG em um fórum de discussão que reuniu textos sobre experiências educativas de várias instituições arquivísticas, assim como um episódio de *Podcast*, produzido especialmente para a disciplina, em que dois ex-discentes do curso de Arquivologia da UFMG, contaram suas experiências de pesquisa e trabalho na área de educação patrimonial. É interessante pontuar que o fórum teve sua estrutura redesenhada pelas(os) discentes, já que a turma trouxe novas discussões – como atividades culturais que estavam acontecendo à época – diferentes daquelas que imaginei que iriam ocorrer naquele espaço.

Para finalizar a disciplina, em grupo, a turma elaborou projetos de educação patrimonial aplicados aos arquivos. Devido ao período pandêmico, os grupos utilizaram de recursos *on-line* de instituições arquivísticas sediadas em Minas Gerais, sobretudo na capital do estado, fazendo uso dos lugares públicos das cidades, levando, dessa forma, os documentos de arquivo para fora dos muros das instituições arquivísticas. Além disso, vários perfis foram abarcados, como crianças, adultos e idosos. A partir dos trabalhos, foi possível visualizar,

novamente, as vivências pessoais das(os) discentes, já que as escolhas dos temas estavam diretamente vinculadas às suas experiências de vida.

É importante enfatizar que durante a disciplina, por meio de trabalhos do Museu Imperial, IPHAN e IEPHA-MG, além da nova perspectiva do APCBH, a turma pôde perceber e discutir as diferentes concepções da educação patrimonial nas instituições de patrimônio documental do Brasil. As aulas começaram com a apresentação da educação patrimonial enquanto metodologia, a seguir, a discussão seguiu para a educação para o patrimônio cultural empregada pelo IEPHA-MG. Para finalizar, a servidora do APCBH apresentou a educação pelo patrimônio, em uma perspectiva que usa o patrimônio documental não como uma “estátua”, mas como algo que pode ser útil para mudar realidades sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a disciplina, busquei que toda a turma participasse das discussões e de que os conteúdos do programa curricular fizessem sentido para as(os) discentes para além do ensino e prática arquivísticos, mas, também, enquanto cidadãs e cidadãos que conhecem, dão sentido, se apropriam e preservam o patrimônio documental. Essa visão é fundamental para estar à frente - com os olhos brilhando - de uma atividade educativa em uma instituição arquivística, por exemplo. A partir dessa concepção, certamente, a “semente” do aprendizado coletivo por meio dos documentos de arquivo, do ouvir e do falar, terá continuidade e possibilitará mudanças sociais na realidade das pessoas.

Apesar de ter configurado a disciplina a partir de uma perspectiva libertadora, tive dificuldade ao longo das aulas. Foi difícil compreender que a disciplina não se tratava apenas da elaboração de seu trabalho final, mas sim de todo um caminhar da turma com discussões que vão além do curso de Arquivologia, mas que adentram também a presença da humanidade neste planeta e as formas de registro documental dessa presença. Uma experiência ímpar e imperfeita. Depois de tantos anos sendo participante de processos de ensino estruturados na concepção bancária da educação, a mudança para uma educação libertadora depende sobretudo de todos os dias vencer a mente e as atitudes do passado e fazer diferente.

Discutir sobre Educação nos cursos de Arquivologia é fundamental na formação de arquivistas que valorizam suas atividades profissionais, já que delas também depende a preservação e o conhecimento do patrimônio documental. Este trabalho mostrou o quanto importante é essa temática, sobretudo quando todas as pessoas se sentem livres para participar dos

processos de ensino-aprendizagem seja em sala de aula de turmas universitárias, seja em instituições arquivísticas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, n. 27, p. 143-150, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Camila M. O profissional de arquivo como educador: repensando a formação e o papel do arquivista no processo educativo. *In*: PARRELA, I.D.; KOYAMA, A. C.(org.). **Arquivos, Arte & Educação**: nas fronteiras do conhecimento. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, 2018. p. 54-63. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/141UbZI24uLsl77_riEpE-mv0AR40BVGR/view. Acesso em: 23 maio 2022.

ESPÍNDOLA, Matheus. Divulgado resultado das chamadas de política de inclusão digital. Publicado em: 23 jul. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/divulgado-resultado-das-chamadas-da-politica-de-inclusao-digital>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online**: práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_5_Koyama_Tese_121_202.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

MATTOZZI, Ivo. Arquivos Simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre Arquivos e Escolas. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321-336, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/8201>. Acesso em: 23 maio 2022.

NASCIMENTO, Mariana Batista do; CAMPOS, José Francisco Guelfi. (Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG. *In*: BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos; CÂNDIDO, Gilberto Gomes. (Org.). **A pesquisa e o ensino da Arquivologia**: perspectivas na era digital. 1ed.Belém: Ed. da UFPA, 2019, v. 1, p. 279-288. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Programa da disciplina ARQ00040** – Educação e Docência em Arquivologia. Set. 2020. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=13171632>. Acesso em: 02 fev. 2022.